

42 Pena, Avenida Rui Barbosa 5581, em seguida vamos tratar da V Conferência
43 Nacional, conforme encaminhado o Caderno de Orientação do CONADE, referente
44 à V Conferência Nacional o qual dá a opção aos estados que já realizaram a V
45 Conferência Estadual se não quiserem realizar, não precisam, mas precisa atualizar
46 o número de Delegados e no caso da nossa Conferência não foi eleito nenhum
47 delegado, o COEDE precisa deliberar se não iremos fazer a Conferência Estadual e
48 como será realizada a eleição dos Delegados para representar no CONADE na
49 Conferência Nacional que vai acontecer no ano que vem em Julho de 2024, o
50 conselheiro Ivã José de Pádua pede a palavra “penso que nós fizemos a
51 Conferência e que foi uma conferência muito debatida, penso em nós fazermos uma
52 palestra discutindo sobre a temática em relação às pessoas com Deficiência, na
53 temática no trabalho, a comissão pode ver, ai agente faz uma eleição nos moldes
54 que é feito a eleição para conselheiros do COEDE, de forma paritária evidentemente
55 como manda o nosso regimento, são 38 delegados para a Conferência Nacional, 19
56 e 19, e fazer uma comissão de trabalho para organizar essa palestra que pode ser
57 on line e quem estiver em Curitiba pode ser presencial, precisamos decidir, e
58 também a eleição que vamos precisar do apoio do departamento, Deise e Herica,
59 do sistema que organize a votação para eleição dos delegados, foi dessa forma que
60 eu pensei, sobre essas diretrizes, vai ser uma continuação da Conferência com a
61 palestra e eleição para delegados, uma conferência posso dizer mais simples assim,
62 no formato que foi feito e foi muito bem feito no final de 2021”. A Secretaria
63 executiva - primeiramente os conselheiros devem votar se não haverá conferência
64 porque precisa ficar deliberado isso, porque os conselhos municipais já estão
65 mandando e-mail e perguntando, eu preciso dessa deliberação de vocês pra
66 responder se não vai haver e mais por essa questão se todos estão de acordo de
67 não haver a conferência e ficar a conferência já realizada. A conselheira Deise pede
68 a palavra “gostaria de esclarecer que o tema central e os eixos que veio agora do
69 CONADE são os mesmos temas que agente já debateu na conferência passada, na
70 última conferência que nós realizamos e a nacional não realizou, então em relação a
71 propostas nós temos conforme foi já discutido e levantado e consta em relatório, o
72 que nos falta hoje realmente são os delegados, nós na época não tínhamos a
73 quantidade de delegados, enfim, e mesmo quem já fez vai ter que atualizar porque
74 mudou a quantidade, então essa eleição nós temos que fazer. A minha proposta é
75 como Ivan ate falou, é a gente fazer a eleição como a gente fez para os
76 conselheiros na época da eleição, a gente coloca em uma plataforma uma votação,
77 mas, eu entendo não sei se o conselho concorda ou não de participar como
78 delegado àqueles que já foram eleitos nos municípios que fizeram a conferência,
79 agora que de cabeça eu não lembro, mas a grande maioria realizou a conferência, e
80 nós tivemos 488 Delegados, então faria uma eleição com esses Delegados que já
81 foram eleitos no município, aí também nós temos que pensar naqueles municípios
82 que não fizeram conferência, se eles vão realizar a conferência quem não fez e vai
83 poder indicar delegado. Então isso é uma discussão que a gente também tem que
84 ter enquanto conselho, nós vamos ter que criar uma comissão, mesmo não tendo a
85 conferência na íntegra, mas a gente vai ter que ter uma comissão paritária de Gov.

86 e não Govs, para fazer essas discussões e essa definição, mas o que a Herica
87 colocou hoje, hoje enquanto conselho nós temos que definir a questão da
88 conferência justamente para dar esse retorno aos municípios. A secretaria executiva
89 - alguém gostaria de falar? Todos concordam em não realizar uma nova
90 conferência, ficamos então com essa e criamos então uma comissão ou não sei um
91 grupo de trabalho que fica melhor Ivã? Ivã José de Pádua responde “Acho que
92 nesse caso é uma comissão e sugiro três govts e três sociedade civil”. Secretaria
93 executiva - O Ivã fica nessa comissão? Ivã José de Pádua responde que sim. Então
94 o Ivan, o Eduardo da Política da Pessoa Idosa, ele também falou que gostaria de
95 participar, pois ele tem experiência, ele não tá aqui, mas a gente já havia
96 conversado sobre. Então Ivã o Eduardo, tem mais alguém que queira do gov.
97 participar da comissão? O conselheiro Cristiano se candidata. Então o Cristiano da
98 Secretaria do trabalho, o Eduardo da Política da Pessoa idosa e o Ivã da Secretaria
99 da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Da sociedade civil quem gostaria de
100 participar? A conselheira Eidiana Cristina Bernardes da Silva coloca a questão se
101 quem tá na comissão pode se candidatar para delegado? - não sei bem eu acho
102 que vai ter que criar esse Regimento que pode e não pode. A questão é: quem tá na
103 comissão pode se candidatar para delegado? O conselheiro Ivã informa que pode,
104 pois é diferente da comissão eleitoral. Então a Patrícia da ADVF, a Eidiana da
105 ADEFIAP, precisamos mais um da sociedade civil, temos mais um da sociedade
106 civil a Clecy Da FEAPAES, O conselheiro Enio chega e pergunta em qual pauta
107 estamos, é informado que estamos na pauta conferência nacional, formação de
108 comissão para conferência nacional, dos informes ainda. A conselheira Clecy
109 pergunta se o Conselheiro Enio gostaria de estar na comissão. O Conselheiro Enio
110 informa que sim e a Conselheira Clecy cede o lugar para o conselheiro Enio
111 participar da comissão. Então ficou deliberada a formação da comissão para
112 conferência: Cristiano da Secretaria do Trabalho, o Eduardo da Política da pessoa
113 Idosa e da sociedade civil a Patrícia da ADVF, a Eidiana da ADEFIAP e o Enio do
114 IPC. Informe do TRE. “Meu nome é Cláudia Bevilacqua eu sou da Escola Judiciária
115 Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, estou acompanhada com o
116 Sérgio Ritzmann também da escola judiciária do Eleitoral do Paraná, nós estamos
117 aqui hoje é uma fala breve, agradecer também a oportunidade do Felipe por ter
118 essa fala aqui hoje, e como já havia falado também, antes do microfone que não
119 estava funcionando, a gente agradece também essa oportunidade de falar aqui com
120 vocês, que eu já vi ali pelas deliberações que é um conselho muito importante,
121 parabeniza-los né porque é um trabalho muito... é que de muita importância para o
122 Estado do Paraná, mas também nacional e dizer comunicar vocês que no dia 17 é
123 desculpa 19 de julho às 9 horas da manhã, nós vamos ter uma audiência pública no
124 auditório do TRE, e qual seria o objetivo dessa audiência pública, nós estamos com
125 o projeto conforme já havia falado com o projeto nomeado SUPERA, que é um
126 projeto voltado para capacitação, sensibilização e para facilitação das pessoas com
127 deficiência que almejam se candidatar então é para que esse sonho se torne
128 realidade realmente e que as pessoas possam fazer suas candidaturas. A gente
129 sabe das barreiras que existem para que isso aconteça, barreiras físicas, mas

130 também digitais, enfim a questão da documentação vai ser debatida. Essa é uma
131 pauta voltada para as pessoas com deficiência ou seja o que tem um interesse
132 direto ou indiretamente, conhecidos, familiares, e que a gente possa debater essas
133 dificuldades e a presença de vocês vai ser de extrema importância, porque lá que
134 vai ser construídos os depoimentos, os debates. Enfim vai ser feito uma carta de
135 intenções ao final desse evento, e o que a gente quer, o que a gente pede aqui para
136 vocês é compareçam lá presencialmente, não vai haver essa possibilidade de ser
137 online, exatamente por essa questão de ser algo presencial que a gente entende
138 mais este calor de estarmos juntos e discutindo essas propostas, enfim é o que a
139 gente espera né, a gente vai ficar muito honrado com a presença de vocês e acho
140 que é isso, se o Sérgio quiser dar uma falada a mais, obrigada. Sergio inicia a fala
141 “Boa tarde a todos vocês que estão online estão aqui nessa reunião também que eu
142 já vi, já senti da preparação como é importante, como tá funcionando né e também a
143 importância nacional que tem pelo jeito esse grupo né, cumprimento a todos em
144 nome do Felipe que conheço há muitos anos e que acho importante ele ta
145 conduzindo, fico feliz de vê-lo conduzindo esse grupo, porque ele tem uma tradição
146 familiar política, que faz conhecer muitos caminhos da sociedade Paranaense né,
147 agente precisa se aproximar né mais, precisa se unir para conseguir realizar os
148 objetivos e a nossa presença aqui foi nesse sentido porque o TRE é um tribunal de
149 todas as pessoas é um tribunal totalmente aberto né e a gente tá querendo que
150 vocês entendam que essas portas estão completamente abertas para essas
151 possibilidades, como a Cláudia explicou esse nosso projeto SUPERA ele tem o
152 objetivo de aproximar ainda mais sobre a possibilidade que os deficientes têm de
153 participar do processo político, e daí eu só vou trazer para vocês uma questão
154 importante, para vocês compreenderem como essa iniciativa é valioso e é uma via
155 de mão dupla absoluta, porque o nosso primeiro projeto com as mulheres né nesse
156 sentido que a gente tá trazendo para vocês, porque a gente sabe que as mulheres
157 elas já estão, por exemplo, lá na magistratura no próprio corpo do TRE elas são
158 50% mais elas já vieram para trabalhar né já conquistaram esse espaço né na
159 sociedade, mas na via política não, reparem que a gente tem pouca
160 representatividade feminina ainda tanto na Câmara de Vereadores quanto na dos
161 Deputados, tantos Estaduais quanto Federais, e nós promovemos. então a primeira
162 iniciativa do Tribunal foi no sentido de convencer as mulheres e trazê-las, já existem
163 a lei das cotas e tudo, mas isso não é suficiente, porque precisa que as mulheres
164 entendam que elas têm o poder e ter iniciativa, como que elas vão caminhar para
165 atingir esses objetivos no mundo que tá completamente dominado ainda o mundo
166 político pela esfera masculina, nós fizemos isso e tivemos o resultado
167 extraordinário, lotamos o auditório com mulheres que já tinham esse perfil, estão lá
168 aprendendo como que se candidata, como que entra no partido político, depois
169 como que participa das eleições intrapartidárias né, como é que é o trabalho
170 voluntário que depois resulta na representatividade, enfim, o que é a vida política
171 mesmo né, e a ideia então, o sucesso foi tão grande nós aqui do Paraná, inclusive
172 acho que foi replicado para o TSE né, nossa iniciativa, que a gente partiu agora para
173 trazer para vocês essa possibilidade, e só para ficar claro assim da importância

174 desse projeto nosso né, já chama do projeto nosso agora, é porque antigamente os
175 partidos eles tinham aquela situação de financiamento privado que todo mundo
176 conhece, que tinha aquelas questões todas de fraudes, e atualmente o
177 financiamento das campanhas eleitorais todos sabem é um financiamento público é
178 um dinheiro do governo e não é pouco dinheiro que é destinado para as campanhas
179 políticas, então essas pessoas que conseguem entrar nos partidos e serem
180 escolhidas como candidatas elas vão dispõe desse recurso público para sua própria
181 eleição, então na verdade é um recurso de todos nós, um recurso público que está à
182 disposição da candidatura dos necessitados especiais a deficientes físicos, que a
183 gente tá tentando auxiliar para atender, então para não me entender só queria fazer
184 uma última ponderação que é muito importante, é no sentido de que já no início aqui
185 na preparação dos trabalhos de vocês eu vi a Clecy falando ali que trabalha 37 anos
186 com voluntariado, depois eu a vi cedendo o lugar para professor de uma comissão,
187 não entendi bem do que se trata, então queria disser a vocês que eu tenho a
188 convicção de que a vida política embora a gente tem uma imagem muito negativa
189 da política, porque política a gente já relaciona com coisas negativas do Brasil, isso
190 é muito ruim porque na verdade o eleitorado brasileiro eles são formados por
191 99,99% de pessoas, brasileiros, pessoas do bem, e essas pessoas do bem querem
192 auxiliar e tem a empatia com relação aos deficientes, então é só nós descobrimos
193 os caminhos para essas portas se abram que o resultado virá na representatividade,
194 então era isso que queria dizer a vocês”. A Claudia pede a palavra “Só para finalizar
195 aqui para não ocupar mais o tempo de vocês, como eu já havia falado para o Felipe
196 a gente vai enviar um ofício, o convite é com o edital chamamento do evento né da
197 audiência pública, e também o formulário, o formulário se as pessoas tiverem
198 interesse em colocar alguma sugestão, pré a audiência pública, fiquem à vontade,
199 senão pode ser feito no local mesmo e eu vi também aqui na reunião que vocês têm
200 alguma representatividade dos idosos me parece. O Felipe pede a palavra “só para
201 colaborar com todos que estão aqui e também Claudia e Sergio agradecer a
202 oportunidade nessa questão eleitoral que é bem complexa a questão da pessoa
203 com deficiência, nós temos aqui não sei se nessa sala alguém já tenha sido
204 candidato, eu particularmente já tive amigos candidatos e realmente acho que é
205 super importante fazer essa capacitação, enfim trazer mais próximo ao processo
206 eleitoral, única coisa que se desse para transmitir seria melhor porque a grande
207 parte das pessoas que estão aqui, inclusive elas vêm só para reunião do conselho
208 são do interior, várias regiões aqui, então de Curitiba e região metropolitana tudo
209 bem, mas se não deu nessa pelo menos eu não sei se vai ter alguma gravação,
210 mas eu acho bem difícil Sergio de estar presencial né uma pena que a gente não
211 articulou, mas se fizerem alguma transmissão pelo YouTube, se puderem fazer
212 essa reivindicação, então seria melhor para todos nós, o Youtube hoje a
213 transmissão dessa reunião tem sido transmitida, justamente está mais acessível, se
214 for possível eu peço então pelo COEDE aqui para que seja disponibilizado pela
215 web”. Claudia volta a falar: “ok a gente vai levar essa reivindicação para os
216 organizadores que estão junto com a gente no evento, vai ser gravado Sim, ainda tá
217 sendo discutido se vai ser transmitido ou não no YouTube, mas diante também do

218 que você colocou agora a gente vai levar novamente e claro que a participação e
219 mesmo assim não prejudicando quem tiver aqui em Curitiba se puder aí também
220 presencialmente né vai ser uma satisfação”. Felipe volta a falar: “O que eu peço pro
221 conselho como um todo, o conhecimento nosso, das pessoas com deficiência
222 enorme aqui neste conselho, a partir do momento que eu tenha eu vou colocar no
223 nosso grupo de trabalho o link e se possível o link ao vivo, ou mesmo o link do
224 youtube, mas se isso for possível se tiver condição, vejo que isso é extremamente
225 importante, até pela acessibilidade, é difícil a locomoção por vez, mas nós temos
226 muitos conhecidos nossos que já participaram de eleições eu mesmo já indiquei
227 alguns pra Claudia, por favor comentem com seus amigos seus conhecidos, quem
228 tiver esse viés mais político, para participar dessa audiência pública, no dia 19 de
229 julho às 7hs da manhã, então agradeço Claudia e Sergio, sempre estejam sempre
230 presentes aqui, o conselho agradece a todos vocês”. Informes dos Conselheiros:
231 participação do Conselheiro Ênio da Rosa no seminário direitos humanos em 15 de
232 junho de 2023 com o tema proteção às pessoas idosas e vulneráveis atuação
233 policial na proteção defesa e promoção dos Direitos Humanos. Relato do
234 Conselheiro Enio Rodrigues da Rosa: Eu estive no seminário, representando o
235 COEDE, foi um seminário bacana, valeu, foi muito importante, um bom diálogo, fiz
236 algumas manifestações todas elas na direção de mostrar a importância do
237 seminário ao mesmo tempo, levantei aquela questão que a Dra. Rosana havia
238 colocado na reunião passada, dos intérpretes nas audiências, principalmente nas
239 delegacias quando acontece eventualmente de envolver pessoas surdas, ficou uma
240 coisa cansativa, uma forma de exposição, mas valeu a apresentação. O segundo
241 informe dos conselheiros também é uma participação do Enio Rodrigues da Rosa e
242 do Presidente Luiz Felipe Braga Côrtes que participaram no Ministério Público no
243 dia 26 de junho de 2023 para debater e buscar soluções sobre o fornecimento de
244 órtese e próteses no estado do Paraná. O presidente Felipe pede a participação da
245 Dra. Rosana “Sim, e posso te falar então nós buscamos uma solução não é, na
246 verdade nós iniciamos a busca de solução né, e tivemos a felicidade de ter
247 representantes da SESA que efetivamente tenham ali um poder decisório, enfim, e
248 muito foi esclarecido para nós, então claro eu espero ouvir avaliação do Felipe e do
249 professor Enio, porque eu me considero um pouco parcial porque nós promovemos
250 dentro do Ministério Público né”. Felipe inicia a fala “Se me permitir eu posso falar e
251 o Enio também pode falar aqui. Veja, já faz muito tempo, o Enio até relatou, faz
252 muito tempo que nós temos esse problema de entrega de órteses e próteses e
253 cadeiras de rodas, principalmente aqui na região metropolitana de Curitiba, mas em
254 outras áreas do Paraná também. Então quero realmente agradecer a oportunidade
255 da reunião, não é porque a Senhora está aqui na nossa reunião, mas, elogiar tanto
256 a Dra. Rosana como a Dra. Luciane, toda a equipe. Estava sim o diretor geral da
257 SESA eu acho que... a Aline está presente aqui na nossa reunião (...), diretor geral
258 Cezar estava presente com a equipe jurídica dele também. Dr. Jessi do Hospital do
259 Trabalhador e Hospital de reabilitação. Nós temos prazos agora para a próxima
260 reunião. Essa primeira foi realmente da gente entender como que a gente poderia
261 avançar relacionada a essa aquisição, foi anunciado pelo Governo do Estado do

262 Paraná dobrou o valor de sete milhões para 14 milhões de reais que seria para
263 atender 8.000 em torno de oito mil pessoas com deficiência, isso inclui cadeiras de
264 rodas, órteses e próteses. Esse número é especificamente, isso foi bem pontuado,
265 eu mesmo fiz essa pontuação no sentido que nós temos vários municípios, e aí Dra.
266 Rosana pelo que Assessoria Técnica do Ministério Público relatou parece que não
267 são só 17 municípios com gestão plena no Paraná, são mais, mas enfim, foi
268 relatado que era 18, 17 municípios com gestão plena, e esse não fazem parte desse
269 somatório dos 8.000 esse 8.000 é um somatório de quem está na fila na rede
270 Estadual. A gestão plena, os municípios com gestão plena, que eles têm, é como se
271 diz o nome? a gestão plena na saúde, não tem interferência do Estado, então é
272 município direto com o Governo Federal, então esses números nós ficamos de, com
273 a ajuda do Ministério Público, vão ser oficializados os municípios, para nos relatar o
274 número que esse município tem de fila, literalmente para somar aos oito mil, que a
275 gente tem um prazo de 60 dias para isso, para que a gente tendo esse número, nós
276 temos 14 milhões do Estado, que segundo o Estado com uma certa reserva de
277 valor. Tem uma dificuldade, vamos ter dificuldade em relacionar uma cadeira de
278 roda de 3, 4 anos de atraso que tem que às vezes tem que ser feito uma
279 readequação da cadeira, mas isso pontualmente seria o Hospital de reabilitação. E
280 o Hospital de reabilitação, ou seja, Hospital do Trabalhador, o complexo do Hospital
281 do Trabalhador, tem mais dois milhões e meio de reais via funpar para esse
282 atendimento do CHR, então o CHR atende a região metropolitana, Curitiba nós
283 estamos numa migração grande, eu não sei o percentual disso ainda até pedi para
284 saber, mas o município de Curitiba tá fazendo a gestão junto à AFECE escola
285 especial AFECE que é um CER, um centro especial de reabilitação, então esses
286 números foram dados, a gente, eles deram mais ou menos se não tiver nenhum
287 comprometimento na licitação desses 14 milhões na faixa dos dois meses a três
288 meses, todo o processo, se tudo der ok, para daí ser executada a compra desses
289 materiais, acho que eu me lembro é isso”. O conselheiro Enio Rodrigues da Rosa
290 inicia fala: “Eu quero primeiro parabenizar o Ministério Público a equipe toda, e dizer
291 e alertar esse Conselho, pela primeira vez o Ministério Público e claro, fica uma
292 participação do Conselho também, arrastou para a mesa de conversa gente sem
293 viés político La dentro sem nenhum, evidentemente apreço e demérito a equipe que
294 trabalha lá dentro, equipe técnica, agora a gente sabe muito bem as barreiras, os
295 limites, para a gente como conselho dentro dessas estruturas, mas o fato do
296 ministério arrastar para da discussão o diretor geral, e mais o jurídico né, acho que
297 isso é significativo e abre pra a gente alguma expectativa positiva diante de tudo
298 isso, mais assim lembre que nós estamos aqui tratando de um acúmulo que vem,
299 mas tem coisa pra frente e nós precisamos avançar ainda no debate na questão da
300 reabilitação de todas as áreas, todas as áreas em particular falo aqui na área da
301 deficiência visual a gente precisa avançar, porque o Estado do Paraná no seu
302 conjunto e olhando bem particular na área da deficiência visual a gente tem muita
303 pouca coisa acontecendo na área de reabilitação da saúde, então a gente não pode
304 perder a vigilância e ficar muito atento, porque dois, três meses daqui a pouco,
305 voltar nessa conversa e ficar muito atento, porque a pergunta é: tem um edital

306 previsto 14 milhões, e se não aparecer como é que fica? O Presidente Felipe inicia
307 a fala - “Dra. Rosana só para lembrar daí já peço aqui ao vivo, nós temos que
308 amplificar esse número de municípios de gestão plena, eu não sei se a Aline está on
309 line, da secretaria da saúde, na parte da sua Assessoria eu não lembro o nome dela
310 ela mandou uma mensagem a respeito disso, daí disseram que vai encaminhar, se
311 não já encaminhou um ofício aos municípios que são gestão plena pra gente ter
312 esse número real total do Estado do Paraná, lembrando também de acordo com a
313 fala, a gente tem alguns editais em branco feito pelo CHR, nós já colocamos isso
314 aqui, foi dois ou três, o diretor geral ele nos relatou que dessa vez o preço é com
315 recurso do estado mesmo, não do SUS, o repasse do SUS para essas órteses e
316 próteses significa também menos da metade e são preços de mercado, isso foi
317 relatado para nós, dessa vez tem que dar certo esse leilão. A Dra. Rosana inicia a
318 fala “Eu conversei com a Dra Michele Moroni que é do CAOPI saúde e nós ficamos
319 preocupados porque na reunião do dia próximo dia 28 de Agosto nós iríamos
320 chamar os 17 municípios né número até então informado de gestão plena, mas 60
321 já não é possível né, já não nos é possível, digamos já não fica uma reunião fica,
322 fica numa situação assim bastante complicada, mas eu estava em viagem do
323 trabalho e vou conversar esta semana com a Dra Michele para ver as quantas anda
324 isso, e se vai ser viável que todo mundo esteja na reunião, se faz por Regional,
325 enfim no momento eu não sei dizer, mas pode ser que a nossa reunião do dia 28
326 precisa ter uma configuração um pouco diferente do que imaginamos lá na reunião
327 passada.”. O presidente Felipe pergunta se há alguém da SESA, a conselheira
328 Débora se pronuncia “Oi Felipe é a Débora que tá presente, tá a gente tem 76
329 municípios que são gestão plena no nosso estado” Felipe continua a falar” Então eu
330 acho que ocorreu um erro na reunião, porque a gente tinha realmente o número de
331 17, enfim, é uma situação pra ver Dra. Rosana. Débora só pra você entender, tinha
332 três pessoas da SESA, a reunião ficou dessa forma, têm esses oito mil e poucos
333 que estão na fila, então o valor dos 14 milhões como saldo positivo, ele é um
334 recurso até a mais para um estoque podemos dizer assim, e a gente relatou
335 evidentemente a questão da gestão plena, agora o número realmente está muito
336 acima dos 17, então era a ideia do Ministério Público entrar em contato fazer toda
337 essa ação, a gente vai precisar de um favor de vocês da SESA nesse sentido. O
338 que a gente precisaria, a gente precisaria realmente dos números da fila desses
339 municípios pra gente tem o número do Paraná como todo, apesar de ter essa
340 diferenciação da gestão plena, e da gestão do Estado um tanto quanto confuso,
341 diga-se de passagem, né, acho que para vocês da SESA também não deve ser fácil
342 porque são ações que tem que ser uma liberação junto ao município enfim, a gente
343 já sabe dessa história o secretário comentou.” Conselheira Débora “só para uma
344 questão de encaminhamento tá, provavelmente eles devem ter falado um número
345 menor porque provavelmente é o número de municípios que têm pontos de atenção
346 que fazem a dispensação de OPM entende diferença?” Felipe responde “pode ser”,
347 mas, o atendimento é para o número de pessoas com deficiência que estão na fila”
348 Débora responde “tá e vocês já fizeram esse encaminhamento durante a reunião, já
349 tem a pessoa responsável por isso é isso?” Felipe responde “tem a Michele que a

350 assessora da Dra Rosana, agente fica pra conversar na sequência para não tomar
351 mais tempo aqui” Débora responde “tá entendi aí a hora que chegar para nós o
352 Ofício a gente dá andamento para isso tá bom” Felipe responde “Dra. Rosana acho
353 que tem que encaminhar um ofício para a SESA, relatando o número que a gente
354 quer o número de pessoas com deficiência em todo o estado, a não ser que essas
355 17” Débora responde “eu não entendi Felipe, você quer o número das pessoas que
356 estão na fila?” Felipe responde “isso na fila, mas agora se esses 17 municípios que
357 concentram o centro de entregas de órteses e próteses tem esse número, pode ser
358 também.” Débora responde “a gente já fez isso outras vezes a gente consegue fazer
359 isso novamente, não, pode ficar tranquilo, só vou explicar assim é, não é que,
360 existem os níveis de gestão de saúde a saúde é municipalizada, existe alguns níveis
361 de pactuação que foram realizados para repasse de recursos financeiro tá isso é
362 uma questão extremamente técnica que eu acho que para nós ficar muito claro se
363 você quiser Felipe eu posso te explicar com mais detalhes depois tá bom.” A Dra.
364 Rosana inicia a fala “Deixa eu interferir aqui um instante, se a Débora pudesse
365 fornecer esse dado para o COEDE seria extraordinário, nós estamos em parceria
366 aqui e daí gente já sabe quem chamar nessa reunião no dia 28 seria sensacional”
367 Débora responde “a gente já fez isso outras vezes em outros momentos a gente já
368 pegou a demanda reprimida, já apresentou para vocês, a gente não tem problema
369 nenhum, a gente pode fazer isso se o COEDE quiser encaminhar dessa forma
370 também não tem problema” O Felipe responde “Então secretaria faz um
371 encaminhamento nosso a Secretária de Saúde, diretamente a... Débora pra chegar
372 rápido aí é diretamente a coordenação, como é? Débora responde “a gente é uma
373 divisão aqui né, a gente é uma Divisão de Saúde da Pessoa com Deficiência eu só
374 vou fazer assim, vocês podem encaminhar a SESA como vocês já tem o hábito, só
375 vou pedir a gentileza de fazer como em outros conselhos, quando encaminharem
376 para a SESA, manda uma copia pro nosso e-mail DPCD que vocês têm, daí a gente
377 já vai na parte formal e na parte informal a gente já consegue do andamento aqui”
378 Felipe responde” o encaminhamento seria a SESA.” Débora responde” A gente
379 coloca assim pra ficar bem claro tá a demanda reprimida de qual deficiência, só
380 física vocês querem né?” Felipe responde” não, todas as deficiências, órteses
381 próteses, cadeiras de rodas” Débora responde” Ah entendi, vocês querem a
382 demanda reprimida com a dispensação de OPMS só pra isso, daí todas as OPMS
383 você querem? ou vocês querem ou por exemplo só a cadeira de rodas. Felipe
384 responde “Sim, todas porque assim Débora, apresentação do secretário para nós
385 foram oito mil pessoas que estão na fila, total de 14 milhões de reais para todas as
386 deficiências, órteses prótese e cadeiras de rodas” Débora responde” Não, sim é que
387 dentro das OPMS têm vários, tem três tipos, então eu tenho a dispensação de uma
388 OPM física, OPM auditiva e o OPM visual, então vocês estão pedindo das três é
389 isso?, tá. É só especificar, deixar bem claro que vocês querem dentro do ofício que
390 a gente vai em busca da informação” Felipe responde “Dai deixar claro que tem que
391 ser separado dos que vocês têm, dos oito mil que estão na fila de estado.” Débora
392 responde “Isso, você vai especificar que vocês não precisam do CER daqui de
393 Curitiba” Felipe responde” na realidade os oito mil foi dito que são de todo o Paraná

394 né, fora os municípios que têm gestão plena. Só para todo mundo entender, quando
395 foi falado das oito mil pessoas atendidas, foi encaminhado para a Dra. Rosana, de
396 14 milhões, não estavam os municípios que fazem a gestão plena né, foi isso que
397 foi falado lá, porque esses dados vocês não são dados dos municípios, quem tem
398 que atender são os municípios, isso foi falado, a gente precisa saber isso também,
399 para nos COEDE, se é gestão do município ou do estado não vem ao caso, à gente
400 precisa saber o número, daí contribuir com os municípios, fazer uma gestão de
401 estado, nós como conselho - O município você tem gestão plena, quando você vai
402 receber mais recurso e colocar mais recurso nisso, entendeu? a gente precisa
403 desses dados para isso” Débora responde “Não tudo bem a gente providencia os
404 dados tá, a gente faz, vocês podem fazer o ofício, se quiserem reforçar né com o
405 ofício fazendo referência a reunião que você já tinham compactuado isso.” Felipe
406 responde “Dra. Rosana contribui aí, teria uma reunião marcada com todos os
407 municípios que estejam fora desses oito mil, que fazem contratação direto com o
408 municípios, a gente vai manter essa reunião com todos? Dra Rosana fala “Então a
409 nossa ideia é fazer com esses 17 municípios né, que foram inicialmente informados,
410 mas eu acho que nós temos que chegando esses dados reanalisar, ver que
411 conformação que nós conseguimos dar uma reunião” Felipe responde “Isso, exato,
412 concordo, Débora a gente encaminha, pelo que você estava falando não é tão
413 demorado né, a gente conseguiria esses dados assim, talvez até a semana que
414 vem?” Débora responde “Duvido muito que a gente consiga você sabe que a gente
415 vai falar que o estado inteiro né Felipe, você acho que na gestão você tem ideia de
416 quanto tempo leva para chegar às informações” Felipe responde “eu achei que você
417 já tivesse os dados” Débora responde “Tá a gente vai ter que levantar, a gente
418 nupciar cada os municípios para levantar os dados para nós como à gente fez em
419 outros momentos.” Felipe responde “Dra Rosana pra quando ficou marcada nossa
420 reunião? essa próxima? 28 de agosto dá tempo Débora até lá? Débora responde:
421 “Ah tá, você falou semana que vem você quase me mata do coração.” Felipe
422 responde “nós vamos ter que formatar essa reunião antes né, até 28 de agosto dá
423 tempo, tá ótimo Débora obrigado” Débora responde: “de nada a gente fica a
424 disposição.” Relato dos Grupos de Trabalho - Plataformas Educacionais -
425 Conselheiros: Cleomira, Enio, Ivã, Patricia, Rhayane. relator Enio Rodrigues da
426 Rosa, que encaminhou um documento de 16 páginas que será encaminhado para o
427 grupo dos conselheiros, a secretaria executiva solicitou que o Conselheiro Enio
428 realize se um resumo do documento. Relato do Conselheiro Enio: “Nós fizemos uma
429 reunião do Grupo de Trabalho, com o Ivã, Patrícia e Cleomira, o Ivã, Cleomira e
430 Patrícia estão presentes? (Ivã e Patrícia estavam no banheiro, Cleomira estava
431 presente). Fizemos uma conversa e ficou como encaminhamento que eu fizesse um
432 documento para subsidiar a discussão da Comissão e depois este documento viria
433 pro COEDE. Eu trabalhei em tópicos, primeiro a questão das Plataformas Virtuais,
434 atendimento Educacional Especializado, Materiais diversos, compras, aquisição,
435 falta enfim, equipamentos, matérias, computadores e outras coisas, destacaram a
436 questão da acessibilidade atitudinal, a questão de nada sobre nós sem nós e a
437 questão do sistema educacional incluído, todas essas questões e esses pontos na

438 verdade estão na LBI, Lei Brasileira de Inclusão, foi colocado no início deste
439 documento o conceito de Acessibilidade, com relação aos critérios que está incluído
440 na Lei Brasileira de Inclusão. Se a gente olha para cada um desses pontos
441 articulando com o que diz a Lei Brasileira de Inclusão, não está falando de outro
442 documento, mais específico a Lei Brasileira de Inclusão. Nós temos problemas no
443 nosso sistema educacional, isso é importante ter clareza para que se agente quiser
444 avançar no debate de forma franca, fraterna é importante ter clareza disso.
445 Plataforma virtual me parece desnecessário ficar aqui discutindo, o relato é claro, as
446 discussões que aparecem aqui são claras e constato ou olhando pra dentro da
447 Secretaria de Educação fere o que diz no artigo 68 da Lei Brasileira de Inclusão,
448 discute se fez ou não fez, mais um fato é que fere o artigo 68 da Lei Brasileira de
449 Inclusão, e para o atendimento educacional especializado é a mesma coisa, você
450 pega a Constituição, a LDB, a Lei Brasileira da Inclusão, a gente tem problemas,
451 sobretudo do governo do Estado com essa proposta de educação em tempo integral
452 e a questão do atendimento educacional especializado, ficam em salas de recursos
453 dentro dessas escolas, no fato o tempo integral não prevê um tempo para que os
454 estudantes possam fazer o atendimento educacional especializado, particularmente
455 a questão de cegos, por exemplo, é um problema seriíssimo, fere a Constituição,
456 fere a Lei Brasileira da Inclusão. Pensa política de inclusão. Olha o departamento,
457 que agora mudou o nome, departamento de educação especial, departamento de
458 pessoas inclusivas, a gente não tem uma pessoa com deficiência lá dentro, e não é
459 por falta de trabalhadores, profissionais, professores, técnicos e enfim com
460 deficiência dentro da Secretaria, a uma contradição, você pensar um departamento
461 de inclusão que você não tenha dentro nenhuma pessoa com deficiência e aí o
462 nada sobre nós sem nós fica extremamente comprometido e contraditório. Sistema
463 Educacional inclusivo, também é uniforme, você vai lá na Lei Brasileira de Inclusão,
464 na convenção da ONU, os Estados deverão (...) sistemas educacional, critérios e
465 tudo, o nosso sistema educacional do Paraná infelizmente, porque com toda a
466 entrada do sistema de plataforma, é uma política de estado é uma política de
467 estado. Eu não vou entrar no mérito de decisões políticas de governos assumem
468 serem os mesmos e iguais aos que os governos foram, mas uma coisa é fato, do
469 jeito que o sistema educacional hoje está organizado no Estado do Paraná ele é um
470 Sistema educacional excludente que não dá conta de atender todas as
471 necessidades específicas dos estudantes. Para concluir, de todas as denúncias que
472 chegam aqui agentes tem todas as denúncias destinadas à educação do documento
473 que está aí, sugestão é levar para o secretário, para Comissão de Educação da
474 Assembleia Legislativa, que sirva de um subsídio para os conselheiros e
475 conselheiros, enfim refletir em torno do governo, é fundamental e com isso
476 agradeço”. Levantamento de servidores PcD e acessibilidade nos locais de trabalho
477 - Conselheiros: Cristiano, Eidiana, Enio, Ivã. O relator é o conselheiro Ivã José de
478 Pádua: “Nós fizemos uma reunião anteriormente, deliberamos que nós íamos
479 encaminhar um ofício para Secretaria de Administração e Previdência, solicitando o
480 nome e quantitativo de servidores com deficiência e reabilitados do Estado do
481 Paraná para após a gente fazer uma análise e poder fazer uma intervenção direta

482 no acompanhamento desses servidores, nos seus locais de trabalho. O outro
483 encaminhamento do grupo de trabalho foi referente ao e-protocolo, é um sistema
484 principal. É um sistema utilizado em todas as secretarias do Governo do Estado que
485 encaminham todas as partes de processo, ofícios, memorandos, tudo é feito pelo e-
486 protocolo e ele não estando acessível ficar inviabilizada a autonomia no trabalho
487 das pessoas com deficiência, principalmente quem está na área administrativa, nós
488 fizemos uma reunião com a CELEPAR, um dia após a reunião do COEDE e após
489 essa reunião foi solicitado que fosse (...). Pessoal gostou, como o sistema é muito
490 grande tem várias partes, vários módulos, fosse feito os módulos principais,
491 utilizados pelas pessoas com deficiência e a gente fosse avançando. Então para as
492 pessoas ver as mensagens do protocolo ali, algumas mensagens aquelas
493 mensagens todas mesmo é possível ver já e também as minhas pendências tem o
494 botão, quando encaminham o processo para a gente, tem dois botões que não eram
495 acessível, analisar e recusar, então para você poder ver o processo que foi
496 encaminhado para qualquer um você tem que ir em analisar e realizar. Se alguém
497 encaminhar o processo da Universidade pra mim eu tenho que analisar ele para
498 depois responder. E aí eles resolveram a princípio os botões e falta ali quando a
499 gente vai encaminhar daí eu consigo analisar eu consigo escrever a resposta pra
500 quem eu tenho que encaminhar, mas os campos dos assuntos têm vários assuntos
501 que a gente tem que preencher para poder encaminhar para o outro colega servidor,
502 a gente não está acessível ainda, ele não fala o nome do campo do formulário Eu
503 analisei o Roberto também fez uma análise junto com o Paulo aqui da SEDEF, da
504 página inicial do protocolo (inaudível) O que falta é claro o sistema de segurança da
505 CELEPAR que precisa avançar. Nós fizemos alguns apontamentos, o pessoal da
506 CELEPAR gostou, porque viram que não é nada difícil, não é fazer um software no
507 e-protocolo que fala, como inicialmente eles tinham achado, é adaptar o leitor de
508 tela, é adaptar o protocolo dentro da linguagem WTC que é o organismo
509 Internacional regulamenta as regras e necessidades de programação e aí sim que o
510 e-protocolo passa a ter esses requisitos e passa ser acessível, e aí eu fiz esses
511 apontamentos do formulário e eles estão tentando resolver lá, estão tentando
512 resolver lá. Outro encaminhamento da comissão foi referente à padronização dos
513 editais para concursos públicos de PSS do Estado do Paraná dessas padronizações
514 a gente tem uma reunião agendada com a PGE a Herica tá batalhando tá lutando
515 aqui para encaminhar a reunião com a PGE foi marcado sexta-feira, e aí em virtude
516 de agenda eu o Enio e a Eidiana e o Cristiano só pode, e a gente solicitou aí uma
517 alteração na agenda da PGE já que se trata de uma questão de repercussão
518 jurídica legal do Estado do Paraná é uma questão de garantia aí para que todas nós
519 as pessoas com Deficiência não enfrentam mais nenhuma dificuldades do ponto de
520 vista legal, LBI, e todos os direitos legais sejam observados, o Estado do Paraná
521 diferente das secretarias façam o concurso público e teste seletivo esses foram os
522 encaminhamentos da Comissão. Relato da Comissão de Garantias de Direitos,
523 relatora Clecy Aparecida Grigoli Zardo: 1.1 Notícias de Fato nº 0046.23.062981-1
524 resposta ao ofício nº 033/2022 COEDE/PR referente ao “Pedido de informação
525 sobre os acontecimentos que estão sendo denunciados ao Ministério Público do

526 Estado do Paraná que ocorrem neste momento na Associação dos Deficientes
527 Visuais do Paraná - ADEVIPAR”. (retorno de pauta 2.1 plenária 11/07/2022). DO
528 OBJETO DA NOTÍCIA DE FATO A denúncia foi inicialmente protocolada junto ao
529 Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COEDE/PR) e narra,
530 em síntese os seguintes fatos: – aumento salarial expressivo concedido em favor da
531 Assistente Administrativo-Financeiro da ADEVIPAR, esposa do ex-presidente, nos
532 anos de 2019 e 2020;– ausência de reuniões colegiadas nos anos de 2019 e 2020;
533 – desvio dos valores angariados junto ao Programa Nota Paraná; – uso dos veículos
534 da entidade para fins particulares, nos anos de 2019 e 2020; – utilização irregular do
535 imóvel situado na Lapa, Paraná; – assédio sexual contra funcionários. DA
536 APURAÇÃO DOS FATOS NARRADOS. As detidas análises dos documentos
537 apresentados demonstram que os fatos já são objeto de análise dos seguintes
538 procedimentos ou Inquéritos em tramite nessa Promotoria de Justiça, conforme
539 extrato extraído do PROMP: – Inquérito Civil no 0046.21.122969-8: instaurado para
540 apurar a distribuição disfarçada de lucros, decorrente do aumento expressivo
541 concedido em favor da Assistente Administrativo-Financeiro da ADEVIPAR, esposa
542 do Atual Presidente, nos anos de 2019 e 2020; – Inquérito Civil no 0046.22.015912-
543 6: instaurado para apurar o uso dos veículos da entidade para fins particulares, nos
544 anos de 2019 e 2020; – Procedimento Administrativo no 0046.22.018745-7:
545 instaurado para acompanhar a regular do imóvel situado na Lapa, Paraná; –
546 Procedimento Administrativo no 0046.22.206457-1: instaurado para averiguar a
547 regularidade do contrato de prestação de serviços para a coleta de cupons fiscais
548 no Programa Nota Paraná. - Inquérito Civil no 0046.22.015921-7: instaurado a fim
549 de apurar eventual desvio dos valores angariados junto ao Programa Nota Paraná,
550 o qual já encontra-se arquivado, vez que homologada a promoção de arquivamento
551 pelo Conselho Superior do MPPR. - Notícia de Fato no 0046.21.122969-8:
552 instaurada para apurar diversas denúncias envolvendo à ADEVIPAR, dentre elas:
553 ausência de reuniões colegiadas; irregularidades trabalhistas decorrentes das
554 notícias de vínculos informais de trabalho; trabalho infantil e assédio sexual às
555 empregadas e crime contra a saúde pública. Cumpre esclarecer que foi determinada
556 expedição de ofício ao Ministério Público do Trabalho da 09a Região e à Promotoria
557 de Justiça de Proteção à Saúde Pública para conhecimento e providências. Ante o
558 exposto, despicienda a realização de outras diligências no presente feito, vez que os
559 fatos narrados já são objeto de análise em outros procedimentos em trâmite nesta
560 Promotoria de Justiça, impondo-se o arquivamento dos presentes autos com as
561 cautelas de estilo. Parecer da Comissão: Encaminhar resposta do MP ao solicitante.
562 Parecer do COEDE: Aprovado. 1.2 Notícia de Fato nº 0098.23.000014-7
563 resposta ao ofício 045/2023 COEDE/PR Protocolo 20.313.394-4, referente à
564 “Denúncia: Áudio referente à política de cotas para pessoas com deficiência do
565 dono da Boston - Soluções Completas em Aerossol.” (retorno de pauta 1.7 plenária
566 10/10/2022). Histórico: 1) Trata-se de ofício 045/2022, do CONSELHO ESTADUAL
567 DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DO PARANÁ – COEDE/PR, que
568 encaminha NOTA PÚBLICA referente a declarações proferidas pelo empresário
569 proprietário da empresa BASTON - SOLUÇÕES COMPLETAS EM AEROSSOL,

570 que teriam conteúdo preconceituoso e discriminatório a pessoas com de deficiência.
571 2) Diante disso, determino as seguintes providências: a) REGISTRE-SE COMO
572 NOTÍCIA DE FATO no sistema e-PROMP. b) Diante de possível prática, em tese,
573 do delito previsto pelo art. 88, da Lei 13.146/2015, encaminhe-se cópias à DP para
574 instauração de INQUÉRITO POLICIAL. c) Na sequência, archive-se a presente
575 NOTÍCIA DE FATO, com base no art. 5º, I, do ATO CONJUNTO 01/2019. Parecer
576 da Comissão: Encaminhar resposta ao solicitante. Parecer do COEDE: Aprovado.
577 1.3 SGD-C/024/2023-COPEL em resposta ao Ofício nº 044/2023 COEDE/PR,
578 referente a “Denúncia: falta de sinalização adequada em obras/reparos da
579 SANEPAR e COPEL.” (retorno de pauta 1.1 plenária 08/05/2023). Histórico: “A
580 respeito, vimos expor o que segue: Inicialmente, esclarecemos que os trabalhos
581 realizados pelas equipes que executam serviços de obras e reparos relacionados ao
582 sistema elétrico de distribuição, possuem como premissa a sua realização de forma
583 segura e padronizada em conformidade com os padrões, normas e legislação
584 vigente. Informamos que os procedimentos para a sinalização e delimitação da área
585 de trabalho nas atividades realizadas pelos profissionais que executam atividades
586 de obras e reparos no sistema elétrico de potência estão preconizadas e detalhadas
587 em nossos manuais de instruções de segurança, que se encontram disponibilizados
588 para toda a nossa força de trabalho. Cumpre evidenciar que nestes manuais estão
589 previstos a realização do estacionamento do veículo pelas equipes e
590 posicionamento adequado dos cones de sinalização e delimitação da área de
591 trabalho de forma a garantir a segurança da passagem de pessoas e comunidade
592 próximas ao local de trabalho. Reforçamos que todos os profissionais em campo
593 devem atender às diretrizes de segurança estabelecidas. Diante do exposto, a
594 COPEL reforçará as diretrizes e fiscalização sobre as ações necessárias com todos
595 os colaboradores que laboram com atividades relacionadas, para que situações
596 como as apresentadas no respectivo ofício não ocorram. Entretanto, caso ainda
597 sejam observadas situações pontuais, solicitamos que nos seja informado de
598 imediato para que possamos tomar as medidas cabíveis junto aos envolvidos.”
599 Parecer da Comissão: Encaminhar resposta ao solicitante e ao Ministério Público
600 para juntar ao procedimento instaurado. Parecer do COEDE: Aprovado. 1.4
601 Denúncia pelo Sistema Integrado para Gestão de Ouvidoria - Sigo: Ações
602 discriminatória, racista, xenofóbica e homofóbica ao PCD, que ocorrem no Centro
603 Universitário de Pato Branco. ”(retorno de pauta 1.3 plenária 08/05/2023). 1.4.1 -
604 Carta nº 6/2023/GAB.SNDPD/MDHC - Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa
605 com Deficiência, em resposta ao Ofício nº 057/2023 COEDE/PR. Histórico: Esta
606 Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos
607 Direitos Humanos e Cidadania, um órgão do Governo Federal, recebe com atenção
608 sua denúncia referente a ações discriminatórias no Centro Universitário de Pato
609 Branco - PR. Infelizmente, a Secretaria Nacional não tem autoridade legal de
610 exercício de poder de controle, polícia ou tutela sobre outros órgãos públicos,
611 tampouco podendo atender casos individuais de pessoas ou famílias de pessoas
612 com deficiência. Conforme o Decreto no 11.341, de 1 de janeiro de 2023, nossas
613 atribuições se resumem à coordenação, ao planejamento e ao estabelecimento de

614 diretrizes gerais de políticas públicas do Governo Federal para as pessoas com
615 deficiência e seus familiares. Para o tema em tela, recomendamos recorrer à
616 Defensoria Pública da União, ao Disque 100 e ao Conselho de Direitos da Pessoa
617 com Deficiência do seu estado. De todas as formas, a denúncia em questão será
618 encaminhada por este gabinete à Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. Vale
619 ressaltar que, dentro de suas competências, a SNDPD/MDHC tem buscado retomar
620 a perspectiva de direitos das pessoas com deficiência de forma a valorizar a pessoa
621 como cidadã, respeitando suas características e especificidades, garantindo a
622 universalização e efetividade das políticas públicas para inclusão social. No
623 momento, está em pleno vapor a elaboração do Plano Viver Sem Limite 2 - VSL 2,
624 que tem como objetivo geral promover os direitos civis, políticos, econômicos,
625 sociais e culturais das pessoas com deficiência e de suas famílias por intermédio do
626 enfrentamento às barreiras que as impedem de exercer a plena cidadania. Também
627 retomamos a implementação, no país, da regulamentação da avaliação
628 biopsicossocial da deficiência – instrumento fundamental para melhor identificar as
629 possibilidades e necessidades das pessoas com deficiência. Acreditamos ser tal
630 avaliação um passo fundamental para a elaboração de políticas públicas que
631 garantam o pleno acesso da população com deficiência a seus direitos, sempre de
632 forma alinhada às necessidades de cada uma. De fato, um sistema de avaliação e
633 certificação unificada da deficiência seria fundamental para evitar casos como o seu.
634 Parecer da Comissão: Encaminhar resposta à solicitante. Parecer do COEDE:
635 Encaminhar resposta ao solicitante e que se entender necessário adote medidas
636 judiciais cabíveis. 1.4.2 - Notícia de Fato nº 0105.23.000442-3 - Pato Branco - 2ª
637 Promotoria, em resposta ao Ofício nº 058/2023 COEDE/PR. Histórico:
638 Cumprimentando-o (a), atenciosamente, sirvo-me do presente para comunicar a
639 Vossa Senhoria sobre o arquivamento da Notícia de Fato no 0105.23.000442-3,
640 conforme decisão, cuja cópia segue em anexo. Descrição do fato: Apurar eventuais
641 condutas discriminatórias, racistas, xenofóbicas e homofóbicas contra Aluna PCD,
642 portadora de autismo (CID: 6A02.1 + 6B00), parda, natural do Nordeste do Brasil,
643 que estuda no Centro Universitário de Pato Branco, no segundo período do curso de
644 Medicina. Parecer da Comissão: Encaminhar resposta ao solicitante e orientar que
645 se entender necessário poderá impetrar ação judicial buscando erradicar a conduta
646 discriminatória. Parecer do COEDE: Encaminhar resposta ao solicitante e que se
647 entender necessário adote medidas judiciais cabíveis. 1.4.3 - Ofício nº 445/2023
648 Notícia de Fato nº MPPR-0105.23.000448-0 Pato Branco - 1ª Promotoria em
649 resposta ao Ofício nº 059/2023 COEDE/PR. Relato: Prezado (a) Senhor (a)
650 Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Em
651 atendimento ao disposto no artigo 103, §1o, do Ato Conjunto nº 001/2019 -
652 PGJ/CGMP comunico-lhe acerca do arquivamento dos presentes autos, que verifica
653 denúncia anônima de ações discriminatórias, racistas e xenofóbicas à pessoa com
654 deficiência, que ocorrem no Centro Universitário de Pato Branco/PR, pois a
655 denúncia é desprovida de elementos mínimos que permitam o início de uma
656 apuração. Parecer da Comissão: Encaminhar resposta ao solicitante e orientar que
657 se entender necessário poderá impetrar ação judicial buscando erradicar a conduta

658 discriminatória. Parecer do COEDE: Encaminhar resposta ao solicitante e que se
659 entender necessário adote medidas judiciais cabíveis. 1.4.4.- Ofício nº
660 9/2023/DISUP/SERES/SERES-MEC e Ofício nº
661 3339/22023/CGLNRS/GAB/SERES/SERES-MEC em resposta ao Ofício 060/2023
662 COEDE/PR. Relato: Em atenção ao Ofício no 060/2023 – COEDE/PR (4037815),
663 por meio do qual o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do
664 Paraná – COEDE/PR encaminha denúncia de supostas ações discriminatórias,
665 racistas, xenofóbicas e homofóbicas à pessoa com deficiência ocorridas no âmbito
666 do Centro Universitário de Pato Branco, remetem-se os presentes autos para
667 análise e parecer dessa Coordenação-Geral de Legislação e Normas de Regulação
668 e Supervisão da Educação Superior - CGLNRS acerca do enquadramento das
669 condutas narradas perante o marco regulatório da educação superior, bem como da
670 atuação desta Diretoria de Supervisão da Educação Superior - DISUP em relação à
671 ocorrência ora apresentada. Esta Diretoria permanece à disposição para prestar
672 eventuais esclarecimentos. Parecer da Comissão: Encaminhar resposta ao
673 solicitante e orientar que se entender necessário poderá impetrar ação judicial
674 buscando erradicar a conduta discriminatória. Parecer do COEDE: Encaminhar
675 resposta ao solicitante e que se entender necessário adote medidas judiciais
676 cabíveis. 1.4.5.- Ofício nº 034/2023 – G.R Centro Universitário de Pato Branco –
677 UNIDEP, em resposta ao Ofício 054/2023 COEDE/PR. Relato: “quando a situação
678 em questão chegou ao conhecimento da instituição, foi aberta uma sindicância e
679 realizada uma investigação interna, a qual concluiu serem infundadas as alegações
680 identificadas na denúncia, bem como ausente qualquer conduta, ação ou omissão,
681 por parte de docentes, discentes, colaboradores e terceiros que convirja com as
682 acusações narradas na denúncia ou que tenha vinculação a ela. Assim sendo,
683 pugna pelo afastamento da denúncia, uma vez que, repita-se, a FADEP repudia e
684 nega veementemente o seu envolvimento em qualquer tipo de questão que envolva
685 práticas tais como as descritas, tendo agido, no presente caso, com rigor e
686 diligência.” Parecer da Comissão: Encaminhar resposta ao solicitante e orientar que
687 se entender necessário poderá impetrar ação judicial buscando erradicar a conduta
688 discriminatória. Parecer do COEDE: Encaminhar resposta ao solicitante e que se
689 entender necessário adote medidas judiciais cabíveis. 1.5 Informação nº 075/2023 –
690 DEP/DEDUC/SEED Protocolo nº 20.169.462-0 em resposta ao Ofício 017/2023
691 COEDE/PR referente à “E-mail da conselheira relatando falta de material didático
692 ampliado em Colégio no município de Pato Branco. (retorno de pauta 1.6 plenária
693 06/03/2023). Relato: Da análise e parecer do processo: Em atenção ao Ofício n.o
694 017/2023 – COEDE/PR, encaminhado pelo Conselho Estadual dos Direitos da
695 Pessoa com Deficiência, o Departamento de Educação Inclusiva – DEIN informa
696 que foram enviados os livros e os materiais ampliados para atender o estudante,
697 devidamente matriculado no 6.o ano do Colégio da Polícia Militar de Pato Branco,
698 no município de Pato Branco, identificado, no Sistema Estadual de Registro Escolar
699 (SERE), com baixa visão. Parecer da Comissão: Conforme relatada pela
700 conselheira solicitante de pauta, a situação foi resolvida. Parecer do COEDE:
701 Ciente. 1.6 E-mail da Escola de Educação Bilíngue Anne Sullivan, solicitando

702 esclarecimentos da Secretaria de Estado da Educação - SEED referente a
703 mudanças na educação de surdos. Relato: Meu nome é Ligia, sou diretora da
704 Escola de Educação bilíngue Anne Sullivan, de Umuarama, PR. Gostaria de levar
705 ao conhecimento deste estimado conselho o que a Secretaria de Educação do
706 Estado do Paraná mantém com as escolas bilíngues do estado. Nosso convênio
707 sempre prezou pelo aprendizado do aluno, seguindo as Normativas e Resoluções
708 impecavelmente. Porém, ao longo desse ano de 2023, tivemos algumas mudanças
709 amargas na educação de surdos, vinda da SEED. Teremos que fazer junção de
710 turmas do Ensino fundamental 1, do 1º ao 5º ano todos numa sala só, ficando 8
711 alunos entre 6 a 14 anos aos cuidados de uma única docente, e essa professora
712 terá que dar conta de 5 turmas diferentes, com idades e especificidades diferentes.
713 Hoje temos a sala do primeiro ano com 02 alunos, à sala do segundo ano com 2
714 alunos, a sala do terceiro ano com 01 aluno, a sala do quarto ano com 01 aluno e
715 sala do quinto ano com 02 alunos. Cada sala com seu professor regente. Cada sala
716 com atendimento focado no aluno, no seu aprendizado de forma específica e com
717 disciplinas e conteúdos específicos para seu ano letivo. Conseguimos dar foco na
718 aprendizagem individual, pois com poucos alunos em sala o professor consegue
719 atender aquele aluno nas suas dificuldades e assim o aluno consegue aprender.
720 Lembrando que o Surdo tem uma maneira diferente de aprendizado, precisa levar
721 em conta a Pedagogia surda no seu ensino, visto que somos uma modalidade de
722 educação diferenciada de acordo com a LDB. querem igualar as escolas bilíngues
723 às APAES, onde o deficiente intelectual leva mais tempo para ser alfabetizado por
724 sua deficiência intelectual; mas o surdo é diferente, pois sua especificidade é a
725 surdez. O surdo precisa ter direito a educação bilíngue de qualidade, onde possa
726 aprender e galgar adiante na escada do aprendizado, pois da maneira que a SEED
727 quer fazer, classes multisseriadas, voltaríamos aos anos de 1940, um retrocesso na
728 educação paranaense. Surdo precisa de ensino individualizado, até porque não tem
729 muitos surdos devido às políticas de saúde pública, e ao contrário das escolas para
730 deficientes intelectuais que estão cheias de alunos, as escolas bilíngues têm um
731 público bem menor. Surdo instruído e com estudo, graduação, por exemplo, temos
732 uma minoria no país, infelizmente porque desistem de estudar devido à dificuldade
733 que encontram com a língua, cultura, entendimento de mundo e tantos outros
734 reveses que acometem a deficiência auditiva. Pedimos a esse conselho que venha
735 ao socorro das escolas bilíngues do Paraná, dando ajuda e suporte para mantermos
736 a educação de surdos com a qualidade que o surdo merece. Parecer da Comissão:
737 Encaminhar solicitação para a Secretaria de Estado da Educação- SEED para
738 ciência e providências, após retornar ao COEDE. Parecer do COEDE: Aprovado. A
739 diretora do colégio está presente na reunião e gostaria de fazer uma fala “Boa tarde
740 a todos, eu vou fazer minha audiodescrição então, meu nome é Lígia eu tenho a
741 pele clara, olhos azuis, e sou loira, estou vestindo uma roupa preta calça e blusa
742 preta e um casaco cinza. Bom colocando aqui esse relato de fatos que está
743 acontecendo, eu venho falar pela minha escola, apesar de que todas as escolas de
744 bilíngues do Paraná serão prejudicadas com isso, nós fomos até uma APAE de uma
745 cidade vizinha para entender como é que a APAE, qual que é o método deles de

746 ensino, e daí a coordenadora nos colocou que é assim, eles têm um ciclo de 10
747 anos em que o aluno deficiente intelectual, ele aprende a ser alfabetizado nesses 10
748 anos, então ele tem, ele conteúdos de primeiro e segundo ano, e alfabetização, se
749 lá pelo sétimo até o décimo ano ele for alfabetizado ele vai então para espaços
750 regulares e terceiro aninho se ele não conseguir ele vai então para o EJA, depois do
751 décimo ciclo e de lá ele não sai mais da APAE, diferente então a gente vê que é
752 diferente do surdo que não teria como igualar com o surdo, apesar de nós termos
753 sim alguns surdos também com deficiência intelectual às vezes os alunos, o aluno
754 vem com o combo de deficiência a maioria dos surdos o cognitivo tá intacto né, e
755 não tem como a gente fazer do mesmo jeito, porque as professoras, eu teria, por
756 exemplo, na minha escola nós temos oito alunos no fundamental um, dois no
757 primeiro, dois no segundo, um no terceiro, um no quarto e dois do quinto, então nós
758 teríamos que juntar todas essas crianças numa sala e a professora teria que dar
759 conteúdos para cinco turmas diferentes com metodologias diferentes, uma única
760 professora, então assim é algo que prejudica demais inviabiliza a educação do
761 surdo. Eu hoje estou diretora da Escola bilíngue, mas eu também sou mãe surda a
762 minha filha estudou na escola bilíngue e até esse ano nós tivemos as resoluções
763 que nós pediam que a gente colocasse um professor para cada turma,
764 independente se tivesse um aluno ou dez alunos nessa turma e graças a isso a
765 minha filha saiu da escola e ela tá com excelentes notas na Escola Estadual hoje,
766 tanto é que ela passou para segunda fase da prova de matemática da Obmep coisa
767 que nem um surdo ali na escola tinha conseguido fazer ainda, ela está muito bem,
768 então eu peço que esse conselho nós ajude naquilo que pode nos ajudar porque a
769 gente conversou com Defensor Público lá de Umuarama e juridicamente ele não viu
770 muito que fazer né, visto que o estado ele tem a prerrogativa de dizer se quer ou
771 não fazer o convênio com a gente e nas escolas também tem a prerrogativa de dizer
772 se querem ou não, porém as escolas precisam desse convênio para se manter,
773 senão também, não se mantém. Hoje dos 24 funcionários que nós temos, um é
774 pago pela prefeitura municipal, 17 pelo convênio, e 5 que são concursados cedidos,
775 então assim hoje se nós não tivermos este convênio inviabiliza e daí das nove
776 turmas que eu tenho hoje eu vou ter que ficar com três turmas, significa que seis
777 conveniados vão ter que perder o emprego também, então esse é o nosso pedido
778 de socorro e aqui eu to vendo que nós temos uma representatividade da
779 comunidade surda muito grande a gente tem aqui o CAS eu vi que tem Associação
780 surdos e surdos né porque o intérprete tá ali fazendo a tradução então eu peço que
781 vocês também se manifestem a respeito disso para que a gente consiga se unir e
782 unir forças para que essa impermeabilização da Educação de surdos não aconteça.
783 Até agora a gente teve assim só lives a respeito à gente não tem nenhum
784 documento que comprove o que eu to dizendo, quarta-feira agora a gente vai ter
785 uma reunião lá na SEED, então nessa reunião eles vão nos passar o final desse
786 convênio que nós estamos e o convênio novo que vai começar em primeiro de
787 agosto. Então é isso”. A conselheira Cláudia pede a palavra “Boa tarde a todos, boa
788 tarde a todas, acho que é muito importante que a diretora trouxe para a gente poder
789 discutir e até para posicionar os Conselheiros do que realmente está acontecendo.

790 Em primeiro lugar eu quero esclarecer Enio que quando você traz que nós não
791 temos pessoas com deficiência dentro do departamento, nós temos, nós temos a
792 professora Catarina que é uma professora surda que inclusive acompanha todas as
793 reuniões do COEDE porque ela faz parte do grupo ali dos intérpretes que a
794 professora Joana agora que está fazendo a interpretação, assim como a Jéssica e
795 assim como o Luiz, então nós temos dentro do departamento uma pessoa surda e
796 dentro da assessoria do departamento da diretoria nós temos uma pessoa autista,
797 que faz parte do grupo e está dentro do departamento. Quando a gente pensa na
798 questão de políticas pública só esse ponto para esclarecer. Outro ponto que é
799 importante esclarecer é que a secretaria em momento algum está comparando, está
800 trazendo a mesma proposta pedagógica das escolas especializadas APAEs para as
801 escolas bilíngues, primeiro escola de especializada tem parecer próprio, parecer 07,
802 parecer 128, que tá aqui a Clecy que sabe da organização. As escolas bilíngues têm
803 resolução própria tem e tem um ensalamento próprio, nós estamos falando da
804 escola Anne Sullivan que tem 39 estudantes hoje né, nós temos uma turma de
805 infantil com 3 alunos, tem um professor para atender mais um professor regente,
806 nós temos aqui o ensino fundamental, como bem relatou a diretora onde nós temos
807 aí duas turmas para fazer o atendimento, mais o professor regente, e em nenhum
808 momento foi dito que vai juntar primeiro, segundo, terceiro e quarto e quinto ano na
809 mesma turma, a gente trabalha no mesmo viés das escolas multisseriados, nos
810 primeiro, segundo e terceiro ano, quarto e quinto ano, a partir do levantamento que
811 a gente fez com o CAS, por conta dessa organização que acontece não só aqui,
812 mas nas escolas bilíngues de Campo Mourão, de São José dos Pinhais e do Brasil
813 a fora. A proposta é na verdade fazer o trabalho de primeiro, segundo e terceiro ano
814 com dois professores, quarto e quinto com mais dois, aí trazer a proposta de EJA
815 como está posto. Então a que traz o formato da nova parceria é o atendimento à
816 proposta do currículo do regular, porque as escolas bilíngues trabalham com uma
817 proposta de currículo do primeiro ao quinto ano, anos iniciais e educação infantil,
818 então a parceria hoje ela está nesse formato. E quando a diretora traz a importância
819 do atendimento individualizado, ai agente fez todo um debate com os CAS no
820 sentido da importância da interação dos meninos né, então a gente sabe da
821 importância do trabalho bilíngue a questão da primeira língua como a libras e a
822 segunda língua portuguesa, mas não do atendimento individualizado, mas sim do
823 planejamento individualizado e no atendimento coletivo conforme determina a base
824 nacional comum curricular e os autores que trazem os aspectos pedagógicos com
825 relação à importância da interação dos estudantes, mas em nenhum momento a
826 secretaria colocou a questão de igualar os atendimentos isso não, a gente não, não
827 colocou isso e todas as instituições que procuraram a secretaria nós atendemos
828 individualmente, inclusive no coletivo assim como o Enio participou de uma reunião
829 com todos os CAES, onde foi esclarecida toda nova estrutura da parceria. Então as
830 instituições todas foram atendidas, as que nos buscaram, ou individualmente ou no
831 coletivo, e as tratativas foram feitas com representantes das escolas, sejam eles as
832 federações, está aqui a Clecy que sabe de todo o acompanhamento da federação
833 das APAEs, a febiex na pessoa do professor German que fez toda a tratativa, com o

834 Enio representando o CAES e as escolas bilíngues tinha (inaudível) aqui que fez
835 todas as tratativas com todas as escolas bilíngues, então em nenhum momento a
836 secretaria propôs equiparar os atendimentos das escolas bilíngues com as APAEs
837 até por que a gente entende da importância do trabalho que deve ser feito e que é
838 diferente”. A diretora pede a palavra “Posso só falar uma coisa, na reunião que a
839 gente fez eu perguntei, era uma reunião online eu perguntei, eu disse, tá deixa ver
840 se eu entendi então, eu tenho oito alunos do fundamental 1 então eu teria que juntar
841 todos esses alunos numa sala só, a resposta foi sim, porque pelo que falaram na
842 reunião sim” Claudia responde: “não, não é, na verdade tá fazendo o primeiro
843 segundo e terceiro um professor, quarto e quinto outro professor, arte de educação
844 física (inaudível).” A diretora responde “que a gente pediu inclusive para Maíra, mas
845 ela não chegou a nós responder, a gente fez a solicitação perguntando, mas ela não
846 chegou a responder. “Que bom então porque assim pelo que a gente entendeu das
847 reuniões seria assim.” Parecer do COEDE: Aprovado 1.7 Ofício nº 242/2023 da
848 Secretaria Municipal de Saúde de Matinhos/PR em resposta ao Ofício nº 02/2023 -
849 COEDE/PR, referente ao “Ofício nº 01/2022 do Movimento de mães e Pais de
850 Autistas de Matinhos Solicitação de providências cabíveis junto a Prefeitura de
851 Matinhos”. (retorno de pauta 1.6 plenária 07/12/2022). Relato: “Por se tratar de um
852 transtorno com amplo espectro de gravidade é de suma importância à avaliação do
853 nível de funcionalidade com levantamento das habilidades e dificuldades para a
854 orientação de um tratamento personalizado e otimizado. Todas as ações que irão
855 construir o Projeto Terapêutico Singular - PTS, ou seja, a individualização do
856 tratamento e acompanhamento do portador do TEA está presentes no documento
857 Avaliação e Atendimento à Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA),
858 pertencente à Linha de Cuidado à Saúde da Pessoa com Deficiência Rede de
859 Atenção à Saúde do Paraná, do Governo do Estado do Paraná, conforme
860 documento anexo. Ali estão presentes as etapas de construção do PTS, desde
861 avaliação, passando pelos diagnósticos, elaboração do PTS, acompanhamentos e
862 avaliações periódicas. Pelo exposto, ainda que de forma muito resumida, não há
863 como negar que o TEA trata se situações de elevada complexidade e variedade de
864 fatores, graus de gravidade a ainda carece de melhores elementos de análise e
865 compilação de dados para a elaboração de políticas públicas mais efetivas e
866 abrangentes, inclusive por parte do Governo Federal. O próprio documento do
867 Estado do Paraná está em sua primeira edição e data do ano em curso, 2023, de
868 modo que é extremamente recente, lembrando que até então não havia nenhum
869 documento de referência, de outras esferas administrativas, inclusive de maior
870 capacidade técnica que a nossa Rede Municipal de Saúde. O que existe até o
871 presente momento, são apenas protocolos clínicos elaborados pelas equipes
872 multidisciplinares envolvidas, que indicam, até então, a forma de diagnóstico, as
873 terapias a serem ministradas e os períodos de avaliação para reposicionamento da
874 terapia, se for o caso. Hoje a referência técnica indica que as avaliações das
875 terapias aplicadas devem ocorrer num intervalo de seis meses, conforme constam
876 do documento estadual (fl. 22), assim, as terapias ou terapia indicada, conforme o
877 caso deve ser revista por meio de avaliação do profissional ou equipe de

878 profissionais envolvidos, no período indicado. Mesmo antes de tal indicação, o
879 município de Matinhos já vinha adotando tal protocolo, porém com intervalo de
880 avaliação após a realização de 10 (dez) sessões terapêuticas, conforme indicado no
881 início, o que indica um prazo abaixo do atualmente indicado. Uma vez que existem
882 os protocolos, as terapias, as formas de avaliação e acompanhamento, todo o
883 problema está na falta de profissionais para compor a equipe multiprofissional,
884 especialmente Terapeutas Ocupacionais e Neuropediatras, duas especialidades
885 que há enorme falta de profissionais. Para ilustrar, foi realizada uma dispensa de
886 licitação para atender a determinação judicial para ofertar os serviços de Terapia
887 Ocupacional, apesar de três profissionais apresentarem proposta de preços, no
888 momento da contratação a que ofertou o menor valor desistiu. De outro lado foi
889 realizado um credenciamento para contratação de serviços médicos, prestados por
890 pessoas físicas ou jurídicas, não houve nenhum profissional que apresentou
891 proposta, as empresas que trouxeram em suas propostas o profissional, não
892 conseguem contratação. De outro turno, recente concurso público realizado sob
893 número 090/2022 previa 04 (quatro) vagas para Terapeutas Ocupacionais, todos
894 foram convocados, porém, na data limite para entrega de documentos, nenhum
895 profissional entregou os documentos. A boa notícia é a de que a partir do dia 1o de
896 julho três profissionais da Terapia Ocupacional iniciam os atendimentos em nosso
897 município, dando início ao tratamento, especialmente, dos portadores do TEA.
898 Como se verifica, o município de Matinhos, por meio de sua Administração, vem de
899 todas as formas buscando preencher as vagas previstas no cargo, recentemente
900 iniciou-se um estudo para verificação do piso salarial municipal da função, com a
901 finalidade de verificar se não há defasagem em comparação a outros municípios da
902 região. Dentro da equipe multiprofissional temos a fisioterapia e a psicologia. Sobre
903 a necessidade de profissionais de fisioterapia, temos a informar que ela está
904 suprida, temos 10 (dez) vagas no quadro e todas estão preenchidas. Cabe ressaltar
905 ainda que inexistente fila de pessoas com TEA nesse serviço. Aliás, tem mais de dois
906 anos que não existe indicação de tratamento de fisioterapia para pacientes de TEA,
907 pois esse tipo de terapia é recomendado apenas em casos de dificuldade motora.
908 Já na área de psicologia, para atender a demanda houve uma modificação
909 legislativa que aumentou o número de profissionais da área. Isso possibilitou que a
910 Secretaria Municipal de Saúde promovesse a convocação de mais 03 (três)
911 profissionais para assumir, o mais breve possível, o cargo a fim de regularizar o
912 atendimento com melhores condições à população que necessita. Outro ponto que
913 merece destaque é a necessidade de um profissional da área neurológica para
914 atendimento aos pacientes. Trata-se de profissional essencial, tanto para o
915 diagnóstico quanto para avaliações e reconfiguração do PTS. Ocorre que, no
916 presente momento, o município não conta com nenhum profissional nesta área.
917 Ainda é de se frisar que, mesmo que exista uma vaga para neuropediatra em nosso
918 quadro, este serviço médico não é de responsabilidade da Atenção Primária, limite
919 da composição tripartite do Sistema Único de Saúde. Matinhos responde tão
920 somente pela atenção básica, sendo que as especialidades não constantes de
921 programas são de obrigação do Estado ou da União. No caso do serviço de

922 neuropediatria, o Estado do Paraná oferece aos Municípios do Litoral 10 (dez)
923 vagas mensais, divididas da seguinte forma: 05 (cinco) para Paranaguá e uma para
924 cada outro município, sendo que Guaraqueçaba não tem vagas. Porém, mesmo
925 contando com uma vaga, isso não é garantia de que ela virá para nossa cidade,
926 pois o sistema não faz a reserva por município, mas sim para quem ingressar
927 primeiro e antes reservar o atendimento. Matinhos conta hoje com 03 (três) pessoas
928 trabalhando no sistema de Tratamento Fora do Domicílio (TFD), são três pessoas
929 que realizam o procedimento de agendamento das vagas disponíveis. Ou seja, em
930 um determinado momento, de forma simultânea, temos a capacidade de buscar 03
931 (três) vagas, não apenas de neuropediatria, mas de todas as especialidades
932 disponíveis no dia. Então temos, ainda, que contar com a sorte de sermos os
933 primeiros a fazer o cadastro, garantido assim à vaga. Entretanto, junto com
934 agendamento de neuro, concorrem especialidades de urgência, como cardiologia,
935 por exemplo, que são as primeiras na ordem de prioridade, por se tratar de
936 emergência. Fato que, muitas vezes, faz com que no momento de tentar inserir o
937 agendamento aqui em tela, ela já tenha sido preenchida por outro município. Ou
938 seja, o município de Matinhos, tem a disponibilidade de somente uma vaga para
939 consulta de neuropediatria ao mês, fornecida pelo Estado e, ainda depende de
940 conseguir preenchê-la antes dos demais. Lembrando que isso é para todas as
941 especialidades disponíveis. A fim de oferecer um melhor atendimento, reduzindo a
942 demanda mesmo que de forma não ideal, foi firmado Termo de Cooperação Técnica
943 com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Matinhos, que
944 possui um profissional contratado e iniciou a extensão de seus atendimentos para
945 consultas às crianças das escolas municipais. Isso porque o maior número de
946 consultas em fila de espera se concentra em crianças cuja idade é compatível com
947 as das crianças que frequentam o ensino infantil. Além da dificuldade de conseguir a
948 vaga fornecida pelo Estado, que tem a responsabilidade do atendimento, surge
949 outro problema que é o transporte à Capital do Estado, onde normalmente são
950 atendidos. Mesmo que o sistema de transporte da Secretaria Municipal de Saúde
951 possua diversos veículos, contando com ônibus, micro-ônibus, vans e veículos
952 leves, as necessidades das pessoas são inúmeras. Inclusive diversos pacientes do
953 TEA precisam de transporte especial, não podem viajar em veículos coletivos,
954 devem ser transportados em veículos leves, na presença de acompanhante. Nesses
955 casos, sempre há a preferência para a locomoção da criança, adolescente ou adulto
956 com TEA, porém, se houver outra pessoa com necessidade de transporte especial,
957 o setor de transporte sai em busca de soluções em outras secretarias e
958 departamentos municipais, sempre no intuito de não perder os agendamentos já
959 realizados, afinal não há uma data certa para outro agendamento. Por fim, não
960 podemos esquecer que, mesmo com toda boa vontade e esforço para buscar a
961 melhor solução para toda sociedade, o número de vagas no transporte é limitado.
962 Tendo em vista a gravidade do transtorno e os prejuízos que ele acarreta, em todos
963 os âmbitos, o maior desafio é propiciar que os ganhos terapêuticos obtidos sejam
964 expandidos para os outros ambientes não estruturados. Nesse caso, a família e os
965 cuidadores passam a ter papel fundamental como coparticipantes do tratamento,

966 atuando nos ambientes naturais do indivíduo e mantendo as estratégias adotadas
967 nas terapias. A equipe que atua com o paciente nas instituições tem o papel de
968 incluir a família e/ou cuidador para instrumentalizá-los nessas técnicas. Nesse
969 sentido, a fim de estabelecer o atendimento desses critérios, pois verificamos que
970 muitos dos casos o trabalho contínuo no âmbito familiar não vem sendo realizado a
971 contento, os serviços dos agentes comunitários de saúde, estão sendo instruídos
972 para realizar acompanhamentos das famílias em domicílio, auxiliando na atuação
973 delas como instrumento terapêutico e fazendo os ajustes necessários quando
974 possível ou levando as situações de dificuldade para a equipe terapêutica. Por certo
975 que as carências acima apontadas, refletem nessa espécie de atendimento, pois a
976 fragmentação nas terapias compromete a progressão desses acompanhamentos.
977 Porém não deve afastar, sob hipótese alguma, a responsabilidade da família na sua
978 extensão. De arremate podemos informar que o Município de Matinhos não está
979 alheio aos problemas, muito ao contrário, vem buscando soluções para as
980 demandas. Há um grupo de trabalho multidisciplinar, envolvendo as Secretarias
981 Municipais de Saúde, Educação e Assistência Social em busca de soluções,
982 alternativas, paliativas e definitivas. Alguns frutos já estão sendo colhidos, como a
983 abertura de diálogo com o Hospital Pequeno Príncipe de Curitiba, a fim de uma
984 parceria para atendimento especializado, estudo de viabilidade de construção de um
985 Centro Integrado de Atendimento aos Portadores de TEA, buscando consorciar os
986 serviços com municípios vizinhos. Em paralelo vem sendo apurados alguns
987 números, especialmente junto aos cadastros das Secretarias de Educação
988 Municipal de Estadual, onde se verificou que Matinhos até 2021 possuíam cerca de
989 60 (sessenta) casos de pacientes de TEA, dos mais diversos graus, hoje esse
990 número de 170 (cento e setenta) já diagnosticados e uma gama de 133 crianças
991 aguardando confirmação de diagnóstico. O que indica que, como antedito, há um
992 crescente número de pessoas confirmadas com TEA, fato que merece total atenção
993 das autoridades públicas de saúde. Por derradeiro, não é demais salientar que são
994 gigantescas as dificuldades enfrentadas, especialmente se os municípios forem
995 obrigados a responder de forma isolada às crescentes demandas. Não se trata de
996 uma simples patologia, que se cura com alguma espécie de medicamento, mas de
997 um transtorno que, dependo do grau de complexidade, merece elevada atenção,
998 elevados esforços e recursos humanos e materiais, que muitas vezes os municípios
999 não possuem para oferecer um atendimento digno. Resta claro que a situação
1000 requer uma atenção de mais amplitude, onde a União e os Estados possam ter uma
1001 participação mais efetiva nas terapias e nos atendimentos. Parecer da Comissão:
1002 Encaminhar ofício 242/2023 da Secretaria Municipal de Saúde de Matinhos/PR ao
1003 solicitante, encaminhar para a Secretaria de Estado da Saúde - SESA/PR para
1004 manifestação. Parecer do COEDE: aprovado. 1.8 E-mail do servidor público,
1005 solicitando ajuda para solucionar a falta de acessibilidade nos sistemas utilizados.
1006 Prezados conselheiros Meu nome é Jonas, sou servidor público da Prefeitura de
1007 Araucária, e também ocupo uma das cadeiras do Conselho Municipal das Pessoas
1008 Com deste Município, representando o público cego. Estou enviando esse e-mail,
1009 pois já se esgotaram os recursos para tentar resolver minha demanda por aqui,

1010 assunto que a seguir descrevo. Desde 2021, todas as atividades administrativas
1011 realizadas pelas repartições ligadas à Prefeitura Municipal de Araucária, são feitas
1012 por dentro de um sistema chamado IPM. Todavia, esse sistema não foi
1013 desenvolvido para ser acessível a programas leitores de telas. Sou servidor do
1014 Município desde 2018, ocupo o cargo de auxiliar administrativo. Tenho deficiência
1015 visual (Cegueira total), por esse motivo estou enfrentando muitas dificuldades para
1016 realizar as atividades do meu cargo, pois dependo de programas leitores de telas.
1017 Até 2020, quando o sistema ainda não era usado para realizar as tramitações
1018 administrativas, eu dava conta do meu trabalho, haja vista que tudo era feito via e-
1019 mail, contatos telefônicos ou outros meios alternativos. Mas desde que as atividades
1020 administrativas passaram a serem feitas por dentro desse sistema e subsistemas,
1021 enfrento dificuldades para quase tudo. A minha luta para tornar esse sistema e
1022 subsistemas acessíveis já se arrasta por quase 2 anos, mas já não sei mais o que
1023 fazer. Inicialmente dialoguei com o suporte técnico da empresa IPM e falei das
1024 minhas dificuldades. Eles entenderam e começaram um processo de tentativa de
1025 adaptação. O problema é que para serem realizadas essas adaptações, é
1026 necessário que haja um esforço conjunto entre os profissionais da empresa
1027 desenvolvedora do sistema, os técnicos do departamento de informática da
1028 prefeitura de Araucária e eu, para que desse modo possa ser compreendido as
1029 minhas dificuldades de uso das ferramentas, e deste modo eles possam ter um
1030 norte por onde começar a adaptar. Mas está difícil avançar, pois não está sendo
1031 dada a devida atenção ao caso por parte do departamento de informática da
1032 prefeitura de Araucária. Desde as primeiras cobranças, quando comecei a solicitar
1033 para que o sistema seja trabalhado para ficar acessível, só houve uma visita dos
1034 técnicos de informática da prefeitura em meu ambiente de trabalho. Essa visita
1035 aconteceu em setembro do ano passado. Eles vieram aqui, viram minhas
1036 dificuldades, fizeram anotações do que precisa melhorar, mas desde então continua
1037 tudo na mesma. Como percebi que não estava ocorrendo mudanças no sistema
1038 entrei em contato com a empresa. Ao fazer o contato, tive a impressão que os
1039 técnicos do Município não colocaram os profissionais da empresa a par das minhas
1040 necessidades. Ou se isso foi feito, quem recebeu as informações não deu a devida
1041 atenção. Peço a esse conselho, que me ajude a solucionar esse caso. Estou sem
1042 condições de desempenhar parte dos meus trabalhos administrativos, devido a essa
1043 falta de acessibilidade. Não é nem necessário eu escrever aqui que eles estão
1044 descumprindo diversas leis que protegem meus direitos de ter um ambiente de
1045 trabalho acessível, pois os senhores com toda certeza conhecem tais legislações.
1046 Parecer da Comissão: Encaminhar para o Ministério Público para providências,
1047 oficial o prefeito da prefeitura de Araucária solicitando esclarecimentos de quais
1048 estão sendo os encaminhamentos adotados para garantir a acessibilidade no
1049 Sistema para que o servidor possa desempenhar sua função com autonomia.
1050 Parecer do COEDE: Aprovado. Relato da Comissão de Políticas Básicas, relatora
1051 Adriana Martinelli Casagrande: Oi pessoal então nós vamos iniciar com a nossa
1052 comissão de políticas básicas, meu nome é Carla, o apoio técnico, só para passar
1053 para vocês que hoje em reunião da comissão nós definimos enxugar um pouco os

1054 nossos protocolos, fizemos uma tabelinha tá com o protocolo e os direcionamentos
1055 principais e o parecer da comissão, porque nós temos cinco projetos de lei. Vocês já
1056 receberam esses projetos lá no grupo então acredito que todos deram pelo menos
1057 né uma lindinha uma olhadinha e se tiver alguma dúvida nós temos aqui grande
1058 parte da nossa comissão aqui presencial hoje e aí a gente vai tirando essas dúvidas
1059 no decorrer, a maioria dos projetos eles são direcionados a pauta autista ta e
1060 normalmente eles são já parecidos com os outros projetos que nós já direcionamos
1061 em plenária que é a questão de fazer aquela diferença do autista da Lei da Pessoa
1062 com Deficiência, então a maioria dos projetos eles já estão dentro da Lei de inclusão
1063 e da Lei Estadual, então qualquer dúvida vocês perguntam a Adriana vai ser a
1064 nossa relatora ela vai ler os bloquinhos a gente tá colocando aqui para vocês e
1065 vamos lá. Boa Tarde. Pauta 2.1 Protocolo 20.333.432-0– Projeto de Lei nº
1066 235/2023 - Dispõe sobre Institui no Estado do Paraná a Carteira de Identificação da
1067 Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA) como programa permanente.
1068 Autores: Deputado Ney Leprevost, Deputado Delegado Jacovós. O Presente projeto
1069 de Lei, trata de instituir a carteira de identificação da pessoa com Transtorno de
1070 Autismo como programa permanente, entretanto, a Lei Estadual 19.590/2018, conta
1071 “A pessoa cadastrada poderá receber, a pedido, uma carteira de identificação, com
1072 prazo de validade indeterminado, para que possa usufruir dos direitos das pessoas
1073 com deficiência previstos na Constituição e na Lei Federal no 13.146, de 6 de julho
1074 de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência)”. Parecer da coordenação:
1075 Coordenação de Política Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com
1076 Deficiência considera desnecessário projeto de lei com este objetivo. Parecer da
1077 comissão: Acompanha a manifestação do departamento. Parecer do COEDE: De
1078 acordo. 2.2 Protocolo 20.333.553-9 – Projeto de Lei nº 236/2023 - Dispõe sobre o
1079 direito no âmbito estadual da Pessoa com o Transtorno do Espectro Autista - TEA,
1080 de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão de
1081 apoio emocional. - Autores: Deputado Ney Leprevost, Deputado Delegado Jacovós.
1082 O presente projeto de Lei, de autoria parlamentar dos Deputados Estaduais Ney
1083 Leprevost e Delegado Jacovós trata sobre o direito no âmbito estadual da pessoa
1084 com o Transtorno do Espectro Autista – TEA de ingressar e permanecer em
1085 ambientes de uso coletivo acompanhado de cão de apoio emocional. Parecer da
1086 coordenação: Pelo fato deste tema ser repleto de particularidades, reforçamos a
1087 sugestão para que sejam feitas audiências públicas pelos propositores do Projeto de
1088 Lei envolvendo todos os atores. Destacamos que a mesma temática foi apresentada
1089 no Projeto de Lei no 144/2023 de autoria do Deputado Estadual Bazana e foi feita a
1090 mesma recomendação. Parecer da comissão: Acompanha a manifestação do
1091 departamento. Parecer do COEDE: De acordo. 2.3 Protocolo 20.336.666-3 - Projeto
1092 de Lei nº 250/2022 - Dispõe sobre a reserva de assentos especiais em ônibus para
1093 pessoa autista (Transtorno Espectro Autista - TEA) - Autores: Deputado Gilberto
1094 Ribeiro. Em atenção ao Projeto de Lei N° 250/2023 (fls. 3-5 mov. 2), de autoria
1095 parlamentar do Deputado Estadual Gilberto Ribeiro que visa sobre a reserva de
1096 assentos especiais em ônibus para Pessoa Autista (Transtorno do Espectro Autista
1097 – TEA). Parecer da coordenação: considera relevante o Projeto de Lei onde se

1098 refere à obrigação do símbolo do autismo nos bancos dos transportes coletivos,
1099 intermunicipais e metropolitanos, e nos locais de atendimento preferencial. Com
1100 relação à reserva de bancos exclusivos para Pessoas com TEA, esta Coordenação
1101 sugere que seja verificado com mais ponderação e estudos preliminares, pois
1102 requer melhor detalhamento, tanto na legislação pretendida quanto na articulação
1103 com os órgãos envolvidos para a eficácia da medida. Parecer da comissão:
1104 Acompanha a manifestação do departamento, e sugere um estudo do quantitativo e
1105 com isso aumento de percentual em relação à reserva de bancos exclusivos para
1106 Pessoas com Deficiência. Parecer do COEDE: De acordo. 2.4 Protocolo
1107 20.336.722-8 - Projeto de Lei nº 251/2023 - Dispõe sobre a gratuidade de passagem
1108 em ônibus para pessoa autista (Transtorno Espectro Autista - TEA). Autores:
1109 Deputado Gilberto Ribeiro. De autoria parlamentar do Deputado Estadual Gilberto
1110 Ribeiro que visa sobre a gratuidade de passagem em ônibus para Pessoa com
1111 Transtorno do Espectro Autista – TEA, intermunicipais e intramunicipais, desde que
1112 comprovada à condição TEA. Parecer da coordenação: O direito ao Passe Livre
1113 pelas Pessoas com TEA já se encontra previsto na referida lei e consideramos
1114 desnecessário nova previsão legal. Parecer da comissão: Acompanha a
1115 manifestação do departamento. Parecer do COEDE: De acordo. 2.5 Protocolo
1116 20.336.748-1 - Projeto de Lei nº 252/2023 - Dispõe sobre a abordagem Policial aos
1117 Autistas no Estado do Paraná e dá outras providências. Autores: Deputado Gilberto
1118 Ribeiro. De autoria parlamentar do Deputado Estadual Gilberto Ribeiro que visa
1119 sobre a abordagem policial aos Autistas no Estado do Paraná e dá providências
1120 Parecer da coordenação: Diante do exposto, na análise técnica que compete a esta
1121 coordenação consideramos desnecessária a propositura supracitada. Destacamos
1122 que a mesma temática foi apresentada no Projeto de Lei no 173/2023 de autoria da
1123 Deputada Estadual Flávia Francischini e foi informada a mesma Nota de Instrução.
1124 Parecer da comissão: Acompanha a manifestação do departamento. Parecer do
1125 COEDE: De acordo. 2.6 E-mail recebido em 06 de junho de 2023, sugerindo a
1126 adequação ao processo de isenção de IPVA para pessoas com deficiência.
1127 “Gostaria de solicitar uma sugestão para adequação ao processo de isenção de
1128 IPVA, para pessoas portadoras de deficiência. Hoje a legislação está baseada no
1129 limite para isenção da quantidade de Cavalos (potência) dos veículos automotores,
1130 atualmente em 155cv, conforme a lei ordinária 1938/2018 sobre o tratamento
1131 tributário. Essa lei está defasada há mais de 12 anos e nesse período as
1132 montadoras realizaram tanto o consumo como a eficiência energética. Assim essa
1133 isenção deveria ser revista, um ato simples que não iria comprometer em nada o
1134 impacto nas contas do governo sem contar ajudar uma classe tão sofrida e
1135 desrespeitada.” Parecer da Comissão: Solicitar ao cidadão mais esclarecimento
1136 sobre a proposta encaminhada. Parecer do COEDE: De acordo. Relato da
1137 Comissão de Mobilização, capacitação e articulação, relatora Herica Sarmiento 3.1
1138 Criação e Monitoramento dos Conselhos Municipais PCD. 3.1.1 Levantamento dos
1139 Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Histórico: O
1140 propósito central deste levantamento é atualizar os dados dos Conselhos Municipais
1141 dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPcD no Estado do Paraná. O

1142 processo de envio do Formulário teve início em 09/05/2023 e se baseou nos dados
1143 obtidos na pesquisa realizada no ano de 2022. O link do Formulário, previamente
1144 apresentado e aprovado pelo Colegiado, foi encaminhado por e-mail a todos os 399
1145 municípios do Paraná. Até o momento, já obtivemos 192 respostas. Dessas, 103
1146 municípios possuem o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência,
1147 enquanto 89 municípios ainda não estabeleceram esse Conselho. O relatório
1148 concernente aos municípios com Conselho revelou que apenas dois deles não
1149 preencheram a Lei/Decreto que estabelece a criação do Conselho, enquanto os
1150 demais já o constituíram. Quanto aos períodos de gestão, identificamos que 5
1151 municípios possuem uma gestão de 1 ano, 72 municípios têm uma gestão de 2
1152 anos, 11 municípios têm uma gestão de 3 anos, 1 município possui uma gestão de 4
1153 anos, 1 município tem uma gestão de 6 anos e em 13 conselhos à resposta não
1154 atendeu à pergunta. No que diz respeito à existência de um Fundo, 53 municípios
1155 responderam SIM, 49 municípios responderam NÃO e 1 município não forneceu
1156 resposta. Quanto à presença de uma Secretaria Executiva, 80 municípios
1157 responderam SIM, 21 municípios responderam NÃO e em 2 municípios não houve
1158 resposta. Esta pesquisa continuará sendo realizada com o objetivo de coletar todas
1159 as respostas dos 399 municípios do Estado do Paraná, e o relatório final será
1160 enviado após o término das respostas de todos os municípios. A condução desse
1161 levantamento foi realizada por Herica Aline de Paula Sarmiento. Parecer da
1162 Comissão: Ciente por meio do grupo de WhatsApp. Parecer do COEDE: Ciente. Por
1163 fim, a Secretária Executiva agradece aos conselheiros presentes presencialmente e
1164 online, os convidados, aos intérpretes de libras e a Secretaria de Educação por
1165 disponibilizar os interprete e a todos que acompanharam pelo canal do Youtube, e
1166 aguarda a todos para próxima plenária que está marcada para o dia 07 de agosto
1167 de 2023. Esta ata foi elaborada pela Secretária Executiva Herica Aline de Paula
1168 Sarmiento, e posteriormente encaminhada aos conselheiros (as) para aprovação,
1169 caso aprovada será publicada no DIOE e publicizado no site do COEDE/PR.

1170 Reunião disponível no endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=Ktv2DPhrXKU>